

A FORMAÇÃO DOCENTE NOS PPCS DE PEDAGOGIA DA PARAÍBA: O (NÃO) LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELZANIR DOS SANTOS

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

IDELOSUITE DE SOUSA LIMA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

RESUMO: A investigação que dá origem a este artigo teve como objetivos analisar a formação inicial do/a professor/a de Educação Infantil em PPCs dos cursos de Pedagogia de IES públicas da Paraíba, buscando identificar como os conceitos de criança, infância, Educação Infantil e formação de professores/as são contemplados em tais documentos. A investigação utilizou como procedimento metodológico a pesquisa documental. Os resultados indicam que, na maioria dos textos analisados, a especificidade da formação do/a educador/a para atuar na Educação Infantil não é contemplada. Constata-se, ainda, a predominância em uma formação generalista e desconectada das pesquisas atuais sobre o tema. Assim, os dados indicam urgência na ressignificação da formação inicial docente, para a etapa da Educação Infantil, nas IES investigadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Formação de Professores/as; Pedagogia; Paraíba.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a formação de professores/as para a Educação Infantil nos Projetos Político-Pedagógicos (PPCs), de cursos de Pedagogia de instituições públicas de Ensino Superior da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa documental que focaliza a Educação Infantil como objeto de investigação. A motivação para o enfoque emergiu da nossa vinculação como docentes de um dos cursos de Pedagogia aqui analisados, testemunhando fragilidades da formação inicial ofertada, especialmente ao acessar estudantes egressos que atuam em instituições de Educação Infantil na Paraíba.

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica, um direito estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tendo como principal finalidade assegurar o “desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (Brasil, 1996, p. 27833). A partir dessa deliberação, a Educação Infantil se tornou mais evidente e passou a figurar com maior propriedade em produções acadêmicas e em diversos documentos legais.

A formulação de um capítulo da LDB nº 9394/96 (Brasil, 1996), destinado à Educação Infantil, prenuncia o reconhecimento da sua importância para a criança pequena. Esta conquista resulta de reivindicações de movimentos sociais em defesa da educação pública, do avanço do conhecimento científico acerca do desenvolvimento da criança e, da participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho, o que passou a demandar instituições educacionais voltadas para acolher/incluir crianças nos primeiros

anos de vida e, com isso, o estabelecimento da Educação Infantil como um direito das crianças e um dever do Estado.

A institucionalização da Educação Infantil como importante etapa da Educação Básica promoveu o advento de publicações de documentos legais da política educacional brasileira, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1999) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), textos referenciais acerca do trabalho pedagógico a ser desenvolvido em espaços de Educação Infantil.

Na esteira do estabelecimento de creches e pré-escolas, para atendimento à criança de zero a cinco anos, a LDB/96 instituiu a necessidade de profissionais com formação específica para o trabalho nesses espaços educacionais de atendimento à infância. Tal prerrogativa gerou uma demanda para as instituições formadoras, quais sejam, as Universidades, em seus cursos de Pedagogia.

Com o advento da Resolução CNE nº 01/2006 (Brasil, 2006), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Pedagogia para o exercício da docência, a Educação Infantil foi incluída no curso de Pedagogia e as Instituições de Ensino Superior (IES) foram estimuladas a reestruturarem seus PPCs, de modo a formar professores/as para exercer funções de magistério na Educação Infantil.

Tais funções projetam a ação docente para além de questões didático-pedagógicas, exigindo do/a profissional educador/a uma aproximação maior com a Educação Infantil. Inegavelmente, a etapa da Educação Infantil guarda uma especificidade quanto às demais etapas da Educação Básica, em razão das características do desenvolvimento infantil de zero a três e, de quatro a cinco anos, o que demanda uma formação e um perfil de educadores/as muito peculiares.

Dentre as especificidades da Educação Infantil, a educação e o cuidado da criança pequena em creches e pré-escolas se apresentam como um desafio que envolve vários aspectos e instiga, sobretudo, o questionamento acerca da formação de professores/as oferecida em cursos de Pedagogia, de modo que o profissional formado pelas IES seja capaz de assumir a complexidade da função e a diversidade nela existente.

Entretanto, estudos recentes, a exemplo de Dantas(2019) e Pimenta *et al.* (2017), têm demonstrado a fragilidade da formação inicial desses profissionais, comprometendo a garantia do direito da criança pequena a uma educação de qualidade. Essa fragilidade demonstra que as ações desenvolvidas pelas instituições formadoras ainda são tímidas ou diminutas para proporcionar aos/as profissionais, egressos/as dos cursos de Pedagogia, a apropriação de conhecimentos mais específicos voltados para a pequena infância.

Múltiplos fatores exercem influência em tais resultados. Algumas lacunas são provenientes da própria configuração e abrangência dos Projetos Pedagógicos dos cursos, em que os componentes curriculares específicos para a Educação Infantil aparecem em quantidade reduzida e revelam uma formação inicial limitada no que se refere às necessidades formativas do/a professor/a da Educação infantil. Esta precariedade traduz equívocos resultantes da Resolução CNE nº 01/2006 (Brasil, 2006), a qual, na época de sua aprovação, significou importantes avanços na busca de superar um viés mais tecnicista presente nos Cursos de Pedagogia. Porém, ao longo dos anos

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

não foi capaz de favorecer orientações para uma formação de qualidade para o/a pedagogo/a. Inúmeros estudos têm mostrado esta problemática denunciando a formação generalista desse profissional, a qual, ao intencionar formar para tudo, ocasiona lacunas de ordem identitária, isto é, o/a pedagogo/a termina a graduação ignorando qual é a especificidade do seu fazer.

No tocante à formação para a atuação na Educação Infantil, do ponto de vista da organização curricular, os cursos de Pedagogia devem contemplar em seus PPCs uma formação profissional que amplie a compreensão sobre crianças e suas infâncias e tenha como premissa do processo formativo o atendimento às especificidades da Educação Infantil.

Em torno dessas peculiaridades que tencionam o processo formativo de pedagogos/as, fez-se conveniente indagar como tais questões se inserem na composição curricular dos cursos, quais perspectivas estão contempladas, que processos formativos têm destaque, que premissas estão pactuadas na sistematização dos textos e, substancialmente, como os princípios da Educação Infantil são incorporados à formação dos/as pedagogos/as.

A busca de elucidação destas questões intencionou compreender como as instituições formadoras de pedagogos/as (em universidades públicas da Paraíba) realizam o processo de formação inicial, ou, de modo mais específico, como essa formação está sistematizada em seus PPCs. Assim, esta pesquisa se pautou pelas seguintes questões: como os PPCs dos cursos de Pedagogia de instituições públicas da Paraíba delineiam a formação de professores/as para a Educação Infantil e, como enunciam concepções de criança, infância e Educação Infantil contidas nos documentos.

Para responder a tais perguntas, a pesquisa elegeu como objetivo geral analisar a formação inicial do/a professor/a de Educação infantil, tendo como objetivos específicos: caracterizar o (não) lugar da especificidade da formação do/a professor/ada Educação Infantil nos PPCs de Pedagogia de IES públicas da Paraíba; identificar como as concepções de criança, infância e Educação Infantil estão contempladas nos PPCs de Pedagogia das IES paraibanas.

Do ponto de vista teórico-metodológico, para a realização deste estudo, priorizou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa, "que trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (Minayo, 2009, p. 21).

A investigação utilizou como procedimento metodológico a pesquisa documental, o que implica contemplar uma metodologia que é "pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais" (Lüdke; André, 2013, p. 38).

A opção por uma pesquisa documental se vincula ao interesse em compreender, a partir das fontes documentais, aspectos da especificidade da formação docente para a Educação Infantil. A pesquisa elegeu como fontes para estudo os PPCs de todos os cursos de Pedagogia de IES públicas do estado paraibano, totalizando nove (9) documentos, os quais foram acessados via plataformas digitais.

Ao tratar de fontes documentais, convém destacar que estas se relacionam com a autocompreensão de pesquisadores/as, por serem construídas por estes/as. Para Ragazzini (2001, p. 14), "a fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica". O referido autor qualifica as fontes como

sendo “vestígios, testemunhos que respondem - como podem e por um número limitado de fatos - às perguntas que lhes são apresentadas” (Ragazzini, 2001, p. 14).

A partir das perguntas, os documentos foram submetidos a procedimentos de leituras e releituras para codificação, classificação e categorização, no sentido de detectar temas mais frequentes. De acordo com Ludke e André (2013, p. 42), esse “processo essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologias”, formando o *corpus* documental.

Com base nas informações contidas nos documentos, a análise empreendida é apresentada nos tópicos a seguir.

OS CURSOS DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS PPCS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARAIBANAS

A análise aqui empreendida buscou abstrair parte da formação anunciada pelas instituições formadoras e estabelecidas em seus projetos formativos. Abordar a formação do/a professor/a para a Educação Infantil ofertada pelos cursos de Pedagogia demanda uma discussão sobre os fundamentos que embasam essa formação e que estão, de certo modo, contidos em seus Projetos Pedagógicos dos cursos.

Tais projetos expressam uma concepção do que é conhecimento, das intenções acerca dos sujeitos que pretendem formar, dos fundamentos que orientam aspectos pedagógicos, filosóficos, sociológicos, políticos, históricos e culturais. Isso implica em situá-los não apenas em seus marcos mais específicos da relação entre culturas e conhecimento escolar, mas no questionamento sobre as experiências de aprendizagens de graduandos/as, “sobre as transformações que desejamos efetuar (...), sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir” (Moreira; Candaú, 2008, p.18).

Neste tópico são trazidos resultados das análises dos nove PPCs¹, constituintes do *corpus* documental do estudo, enfocando aspectos que indicam as configurações do perfil formativo do/a educador/a para atuar junto à primeira infância. Assim, analisa-se inicialmente o (não) lugar da especificidade da formação do/a educador/a infantil e, em seguida, aborda-se presenças e ausências acerca dos conceitos de infância, criança e Educação Infantil.

OS PPCS E O (NÃO) LUGAR DA ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO DO/A EDUCADOR/A PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Inicialmente, importa situar que a maior parte (seis de nove) dos PPCs analisados foi elaborada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006). Tais diretrizes, pelo caráter generalista de suas indicações formativas, implicaram na elaboração de projetos de cursos que se voltaram para a formação de um “superprofessor” (Evangelista; Triches, 2012), dada a amplitude de suas funções. Em razão disto, inúmeros estudos realizados ao longo dos últimos quinze anos, conforme já mencionado, constatam que o perfil de egressos/as dos Cursos de Pedagogia, na maior parte dos casos, ganha em generalidade e perde em profundidade e consistência de

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

saberes. Nas análises aqui enunciadas, as quais tomam como enfoque a formação do/a Pedagogo/a para a Educação Infantil, os resultados confirmam tais assertivas.

Em seis PPCs (PPC 01, 03, 04, 05, 06, 09) analisados, a singularidade da docência com as crianças pequenas não ocupa lugar de destaque, sendo praticamente negligenciada e a Educação Infantil permanece numa posição de segunda ordem. Na maioria dos PPCs não há registro desta especificidade nos elementos basilares dos projetos, quais sejam os pressupostos teóricos, os objetivos, perfil do egresso, campo de atuação etc. Em nenhum dos PPCs há inclusão de uma disciplina para tratar desta especificidade.

Quando o objeto de análise são os componentes curriculares, sua carga horária e ementas, nota-se a preponderância de um currículo por áreas de conhecimento e uma formação mais generalista ou respaldada em conteúdo, para atuar com crianças maiores, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em todos os PPCs analisados a carga horária destinada à Educação Infantil é inferior à carga horária do Ensino Fundamental.

Outra questão que chama a atenção na distribuição de componentes e carga horária se refere à omissão nos propósitos e ementas no que se refere à formação docente para o trabalho com crianças de zero a cinco anos, considerando que há uma demanda por este/a profissional nas creches e pré-escolas. Sob esse prisma, a formação para a Educação Infantil em apreço não contempla saberes essenciais para a docência com as crianças pequenas, gerando consequências na relação pedagógica a ser exercida nos espaços de referência.

De acordo com Vargas, Gobbato e Barbosa (2018, p.62):

Pensar um currículo focado nas interações e brincadeiras das crianças, na sua ação social, e não em conteúdos, exige outra pedagogia e didática. Conhecer as crianças, seus saberes, seus fazeres, seus brincares, seus pensares é o primeiro passo construído pelo professor para estabelecer uma relação pedagógica (Vargas; Gobbato; Barbosa, 2018, p.62).

Contrapondo-se a esta perspectiva de definição curricular dos autores supracitados, a quase totalidade dos PPCs analisados não denota empenho em oferecer tais saberes para a formação em Educação Infantil. Como é sabido, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil possuem objetivos diferenciados:

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade (ou até o momento em que entra na escola) (Rocha, 2001, p. 31).

Cada PPC analisado contém uma listagem ampla de objetivos, porém, citados de modo vago, sem referenciar a propositura formativa para a docência na Educação Infantil requerida. O exemplo citado a seguir é emblemático:

Formar professores/profissionais em nível superior para a docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental,

capacitados para atuar nas diferentes modalidades de ensino e/ou nas demais áreas nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (PPC 04).

Este e outros objetivos expostos nos PPCs não fazem qualquer alusão à especificidade da formação do/a professor/a de Educação Infantil. Não indicam convergência do perfil do/a profissional formado para tal, não tomando para si o empenho em apresentar o/a profissional que pretende formar.

Nesta ótica, reiteramos que as práticas educativo-pedagógicas advindas dos PPCs precisam avançar, assumindo como foco a criança e, por consequência, o desafio de pensar a creche e a pré-escola como instâncias de formação cultural. Devem, portanto, colocar em destaque a reflexão sobre o brincar, como atividade social de grande relevância para as crianças, uma vez que, através das brincadeiras, aprendem, interagem, compreendem e se vinculam ao mundo. Para tal propósito é imprescindível levar em consideração que as crianças:

São sujeitos da história e da cultura, além de serem por elas produzidos, e considerar as milhões de crianças brasileiras de 0 a 6 anos como crianças e não só alunos, implica ver o pedagógico na sua dimensão cultural, como conhecimento, arte e vida, e não só como algo instrucional, que objetiva ensinar coisas. Essa reflexão vale para a educação infantil e vale para o ensino fundamental (Kramer, 2006, p. 810).

Sob esse enfoque, uma proposta de formação para professores/as que atuarão na etapa inicial da Educação Básica deve, não apenas consolidar a dimensão pedagógica, mas incorporar a identidade da Educação Infantil como prática social, que reconhece a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura.

PRESENÇAS E AUSÊNCIAS QUANTO ÀS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CRIANÇA(S) E INFÂNCIA(S)

Na construção de um Projeto de Curso devem estar presentificados os pressupostos teóricos que fundamentam as escolhas do perfil formativo, que será materializado na objetivação curricular em termos das escolhas das disciplinas, da distribuição de carga horária, do tempo dedicado a certos componentes etc. Com efeito, se o enfoque da formação é a preparação do profissional para o trabalho com crianças, o delineamento da noção de criança e infância, que ampara as decisões curriculares, é imprescindível na formulação do documento.

Pois, embora o projeto não signifique a tradução da formação que irá se materializar, aponta as intencionalidades, a projeção do que se almeja. "Formação para quê? Para quem? Como? Quando? Onde?" são perguntas fundamentais a serem respondidas. Conforme argumenta Gadotti (1994): "Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores" (Gadotti, 1994, p. 579).

Entretanto, a maioria dos projetos dos cursos apresenta lacunas quanto às rupturas e promessas que ensejam. Nos PPCs analisados, os preceitos defendidos nos estudos acerca do tema e que regem a legislação em vigor, quando aparecem, são incipientes.

Quanto à terminologia "Educação Infantil", esta é mencionada na maioria dos PPCs (exceto o PPC de Educação do Campo que não objetiva formar para atuar na Educação Infantil), ao tratar dos objetivos e perfil do egresso, mas não privilegiam uma escrita mais consistente sobre os pressupostos teóricos da Educação Infantil. Apenas reproduzem, o que está previsto na legislação.

Nestas ausências há um aspecto curioso no PPC 06, o qual, mesmo apresentando um rol de treze disciplinas, que inclui o termo "Educação Infantil" em seu título, não o menciona ou faz previsão de estudos a ele referentes, nas referências bibliográficas dos programas de parte das disciplinas. Como exemplos, têm-se as disciplinas "Ciências I na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental", "Ciências II na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental" e "Língua Materna II na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental" (PPC 06, p.47), todas elas com carga horária de sessenta horas/aula.

Mais grave ainda é o caso de alguns componentes, deste projeto, como "História I na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental", "História II na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental" e "Geografia I na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental", os quais têm a nomenclatura Educação Infantil no título, mas não a prevê nas suas ementas.

Percebe-se, portanto, muitas inconsistências, fragilidades e lacunas no que se refere à formação do professor da Educação Infantil. Esse contexto impõe perguntas fundamentais: Por que tantas ausências sobre conhecimentos acerca da pequena infância? Há subliminarmente uma concepção de crianças pequenas como seres subalternizados? A explicação, nessa ótica, pode estar na concepção que deslegitima o "cuidado" – visto como tarefa menor –e/ou, ainda, na compreensão que visualiza a criança como ser inferiorizado em poder e em conhecimento.

Apesar do predomínio de ausências nas proposições formativas, é possível encontrar presenças, isto é, aspectos que sinalizam alinhamentos teórico-práticos com as defesas do discurso pedagógico em vigor. Nesta perspectiva, o PPC 08², em particular, chama a atenção pela articulação que favorece entre o ensino e a pesquisa, com destaque para a investigação no campo da Educação Infantil. O PPC destaca uma organização curricular que estabelece seis linhas de pesquisa para a culminância do processo formativo (Ação Pedagógica, Diversidade Cultural e Inclusão Social, Educação Infantil, Educação e Mídias, Políticas Educacionais e Processos Educativos, Educação de Jovens e Adultos).

Na linha de pesquisa sobre Educação Infantil, a ementa se apresenta com o seguinte teor:

A criança e a infância na realidade brasileira. A especificidade do atendimento e das práticas curriculares e pedagógicas da creche e da pré-escola. As múltiplas linguagens da criança e linguagens exploradas na Educação Infantil. Políticas e documentos oficiais

para a Educação Infantil. A pesquisa com crianças e no contexto da Educação Infantil (PPC 08, p. 60).

Por este enunciado é possível antever a intenção de sistematização de estudos que abordem conceitos de criança e infância e a historicidade dos termos na realidade brasileira. Preceitua também a relação entre cuidar e educar ao tratar do atendimento em creche e pré-escola, mas, sobretudo, ao abordar a questão das práticas curriculares e pedagógicas, imprescindíveis ao desenvolvimento das crianças. Tais formulações podem ser consideradas como "práticas sociais que possibilitem alargar horizontes, ampliar vivências em linguagens, para que os bebês experienciem seus saberes" (Richter; Barbosa, 2010, p. 05). A referida ementa permite ainda estudos sobre múltiplas linguagens das crianças e sobre políticas e documentos oficiais, além de pesquisa com crianças no contexto da Educação Infantil.

São anúncios proeminentes, que abrem caminhos investigativos a serem realizados no decorrer do curso ou em trabalhos de conclusão. O empenho em contemplar linhas de pesquisa implica considerar o processo formativo, que valoriza a formação pela pesquisa como elemento substancial da docência, uma vez que: "se considerar a multiplicidade de aspectos, saberes e experiências exigidos pela criança, coloca-se em questão quais domínios necessariamente devem fazer parte da formação do professor neste âmbito" (Rocha, 2001, p. 31).

Nesse PPC (PPC 08), a Educação Infantil é parte do título dos seguintes componentes: "Currículo e Metodologia na Educação Infantil, Educação Infantil I, Educação Infantil II, A pesquisa na Educação Infantil" (PPC 08, p. 60).

Importa destacar que o projeto oferta uma carga horária total de quatrocentas e cinquenta horas (450h), sendo trezentas e sessenta horas (360h) de componentes obrigatórios (distribuídos em dez componentes) e noventa horas (90h) de componentes eletivos (em três componentes), voltados para a Educação Infantil. Alguns, embora não apresentem "Educação Infantil" na denominação, a exemplo de "Literatura Infantil", "Desenvolvimento e aprendizagem da criança" e "Psicomotricidade", definem conteúdo para a discussão de um conjunto de conceitos fundamentais delineados pelos estudos desenvolvidos no campo. Nessa ótica, o documento em análise evidencia um entendimento de que:

Para exercer a docência, necessita-se de uma prática que vai demandar professores que compreendam o que significa infância, que saibam o que é uma escola de Educação Infantil, e que conheçam as crianças que estão presentes em cada contexto (Barbosa; Cancian; Weshenfelder, 2018, p.53).

Embora seja apenas um (01) projeto do *corpus* documental, que enseja um perfil formativo mais alinhado aos pressupostos defendidos para uma Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada, ele reforça a ideia de que o currículo é campo de disputa e reflete um conjunto de ideias acerca de qual sociedade se pretende construir, de como os sujeitos aprendem, do que será feito para que esses sujeitos se desenvolvam. Além disso, remete ao fato de que a Educação Infantil, como política

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

pública vinculada à Educação Básica, ainda está em fase de consolidação e, portanto, constitui-se um projeto em aberto.

No entanto, os estudos sobre a Educação Infantil, consolidados nas últimas décadas, apontam a urgência de “inventar” novo modo de ser docente, pois:

Trata-se de uma docência indireta e relacional, por não ministrar aula, não estar centrada nos conteúdos disciplinares. É uma docência que parte da experiência complexa das crianças, seus territórios, e um olhar aprofundado sobre a infância e a Educação Infantil [...] (Barbosa; Cancian; Weshenfelder, 2018, p.62).

Ao confrontar as disciplinas que compõem os PPCs, confirma-se a inserção de uma teorização sobre Educação Infantil, porém, a interlocução de conceitos como criança e infância e a perspectiva de entendimento da cultura e historicidade das mesmas, apresenta-se de modo lacunar, não constituindo uma premissa do projeto formativo. Além disso, é comum nos documentos a ausência de uma discussão explícita, nos pressupostos e intencionalidades dos projetos, sobre as noções de criança e infância. E quando tais noções emergem, o fazem de modo indireto.

No que diz respeito ao conceito de “criança”, as análises possibilitam inferir uma ideia abstrata e universal de criança, na medida em que o termo aparece, referindo-se de forma genérica “às crianças”, deixando de considerar as diferenças entre elas, no que diz respeito a questões econômicas, culturais, etárias, cognitivas, afetivas, emocionais, de gênero, étnico-raciais, de classe social, dentre outras.

O PPC 07 denota esta assertiva quando, ao tratar das “competências e habilidades”, respectivamente, assim expressa: “[...] ensinar conteúdos curriculares básicos e diversificados, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e outros componentes, de modo a garantir às crianças o acesso ao conhecimento escolarizado” (PPC 07, p.12).

Desse modo, o Projeto do curso reforça a indiferenciação acima referida e acrescenta um equívoco curricular quando pressupõe uma organização baseada na disciplinarização para a educação das crianças pequenas. Esta proposição se contrapõe, inclusive, às orientações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o qual afirma que o trabalho pedagógico para a primeira infância deve se pautar em dois “âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo” (Brasil, 1998, p. 09). Esta proposição, portanto, busca superar a fragmentação dos conhecimentos, que constitui a marca da prática escolar e a qual já deveria ter sido superada. Ao se organizar desta forma, estes PPCs ignoram que:

As produções teóricas acerca do currículo da educação infantil, ao contrário da organização estanque por áreas de conhecimento dos demais níveis da educação básica, atribuem importância aos campos de conhecimento, de experiências, das linguagens expressivas e das culturas da infância que caracterizam a organização do trabalho educativo e pedagógico na educação infantil (Gomes, 2017, p. 08).

A disciplinarização supõe, nessa ótica, não só uma noção de criança, mas igualmente o modo como ela aprende – isto é, de forma fragmentada – e sem considerá-la sujeito produtor de cultura.

No tocante ao termo “Infância(s)” e sua discussão, em todos os projetos analisados, ele aparece, exclusivamente, nas ementas e nas referências bibliográficas das disciplinas. Nesta perspectiva, o PPC 08 é promissor, figurando como emblemático o componente “Educação Infantil I”³, o qual contempla estudos sobre:

A constituição histórica, social e política da criança, Infância e Educação Infantil. Pensadores da educação para a infância. Sociologia da Infância e Pedagogia da Infância. Formação, trabalho e identidade do (a) professor(a) da Educação Infantil [grifos nossos] (PPC 08, p. 115).

Embora seja inegável que há uma desproporção entre a complexidade dos temas elencados na ementa e a carga horária de sessenta horas/aula, bem como a ausência de um currículo para bebês, a previsão de estudos sobre a infância e sobre a especificidade do trabalho docente para a Educação Infantil se constitui um anúncio de possibilidades de melhoria da qualidade da formação do profissional, que irá ser responsável por educar as crianças pequenas.

Ainda na perspectiva de anúncios, há uma disciplina, denominada “A Infância e suas múltiplas linguagens”, a qual prevê estudos sobre:

O brincar em suas diversas manifestações. O movimento e a gestualidade: instrumentos de expressão, de representação, de interação, de comunicação, de pensamento. Arte e cultura: instrumento de apropriação e significação do mundo. Musicalização. Oralidade e escrita: abordagens do processo de aquisição. A literatura infantil e a arte de contar histórias” (PPC 08, p. 107).

Na contramão dos demais PPCs, neste projeto, percebe-se uma sintonia com alguns pressupostos das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1999) e com o debate pautado no campo da Educação Infantil, ao indicar a apropriação de temas tão caros ao estudo sobre crianças. Assim, é necessário reafirmar a necessidade de que todos os cursos de Pedagogia contemplem um perfil de professor/a balizado/a por pedagogias que favoreçam visibilizar as crianças como sujeitos e não objetos da formação, compreendendo

as observações do cotidiano, as histórias de vidas nas quais crianças, pais, professores(as) e a comunidade, como protagonistas, assumem o brincar como eixo entre o passado e o presente, entre a casa e a unidade infantil, entre o imaginário e a realidade, constituindo-se em uma rede que estimula a comunicação, a aprendizagem e o desenvolvimento infantil (Kishimoto, 2005, p.185).

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

Ora, o projeto curricular traduz intencionalidades formativas e pressupostos históricos, filosóficos, sociais, culturais. Assim, os PPCs dos cursos de Pedagogia precisam equacionar o entendimento de que a atuação na Educação Infantil requer um profissional ciente da sua finalidade, expressa no Artigo 29 da LDB/96, que é promover “o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 27833), alicerçada nas ações de cuidar-educar, fomentadas pelas interações e brincadeiras.

Portanto, uma prática docente com esta complexidade requer, igualmente, uma formação estruturada e ofertada numa perspectiva de integralidade, de interdisciplinaridade e pautada em conhecimentos sobre Educação Infantil, criança e infância e sobre a natureza do trabalho docente nesta etapa da educação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A realização deste estudo teve como propósito analisar, a partir de uma pesquisa documental, a formação de professores/as para a Educação Infantil, através de Projetos Pedagógicos de cursos (PPCs) de Pedagogia, de instituições públicas localizadas na Paraíba. Buscou identificar como os conceitos de criança, infância e Educação Infantil são contemplados em tais documentos.

Mais do que elucidações, a investigação problematizou conceitos-chaves para a formação docente instituída nos projetos formativos dos cursos de Pedagogia do estado paraibano, em que a premissa básica é formar professores/as para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Na análise, ratificou-se uma omissão no que se refere à propositura de um curso voltado para contemplar as especificidades da Educação Infantil, com vistas à formação de professores/as de crianças de zero a cinco anos. Considera-se, no entanto, o período em que a maioria dos cursos analisados foi aprovada e a legislação que lhes deu respaldo, isto é, as Diretrizes para o curso de Pedagogia, datada de 2006, situação espaço-temporal em que a formação do/a pedagogo/a havia sido pensada numa perspectiva generalista, com pouca ênfase em sua consistência de saberes que permitam consolidar uma identidade ao perfil do egresso.

Decorre daí que a Educação Infantil ocupa lugar secundário na quase totalidade dos PPCs. O flagrante é ainda mais evidente no que se refere aos bebês, que não têm sua identidade pronunciada nos textos. Há uma preponderância de um currículo por áreas de conhecimento e a indicação de componentes voltados para o processo de escolarização, uma especificidade do Ensino Fundamental.

Sobre conceitos de criança e infância, os anúncios são pontuais sem uma aposta mais significativa acerca de uma reflexão sobre o brincar como atividade social de grande relevância para as crianças, em que o/a pedagogo/a tem um papel importante, no sentido de pensar a creche e a pré-escola como instâncias de formação cultural.

A partir do exposto, as configurações identitárias da formação docente nos PPCs dos cursos de instituições públicas localizadas na Paraíba suscitam urgência na elaboração de novos projetos para os cursos de Pedagogia, como forma de ressignificar a formação docente oferecida, aproximando-a das discussões e produções teórico-metodológicas atuais, as quais estão assentadas na garantia de uma educação que, acima de tudo, respeite os direitos e saberes das crianças. Entendemos que tais

proposições enfrentarão inúmeros desafios em face das atuais "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura)" (Brasil, 2024), as quais não contemplam a especificidade da formação do/a Pedagogo/a. Portanto, ainda se impõem muitas lutas a serem encampadas na perspectiva de atribuir materialidade a uma formação de qualidade para a atuação na Educação Infantil.

Artigo recebido em: 30/05/2024
Aprovado para publicação em: 14/03/2025

TEACHER TRAINING IN PEDAGOGY PPCS: THE (NON) PLACE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT: The research that gave rise to this article aimed to analyze the initial training of early childhood education teachers in PPCs of Pedagogy courses at public HEIs in Paraíba, seeking to identify how the concepts of child, childhood, early childhood education and training of teachers are included in such documents. The investigation used documentary research as a methodological procedure. The results indicate that, in most of the texts analyzed, the specificity of the educator's training to work in Early Childhood Education is not considered; there is a predominance of generalist training that is disconnected from current research on the topic. Thus, the data indicate an urgency to re-signify initial teacher training, for the Early Childhood Education stage, in the HEIs investigated.

KEYWORDS: Early Childhood Education; Teacher Training; Pedagogy; Paraíba.

LA FORMACIÓN DE DOCENTES EN PPC DE FORMACIÓN DE DOCENTES EN PPC DE PEDAGOGÍA EM PARAÍBA: EL (NO) LUGAR DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN: La investigación que dio origen a este artículo tuvo como objetivo analizar la formación inicial de profesores de educación infantil en los PPC de los cursos de Pedagogía en IES públicas de Paraíba, buscando identificar cómo se incluyen los conceptos de niño, infancia, educación infantil y formación de docentes. En dichos documentos. La investigación utilizó como procedimiento metodológico la investigación documental. Los resultados indican que, en la mayoría de los textos analizados, no se considera la especificidad de la formación del educador para actuar en Educación Infantil; predomina una formación generalista desvinculada de las investigaciones actuales sobre el tema. Así, los datos indican la urgencia de resignificar la formación inicial docente, para la etapa de Educación Infantil, en las IES investigadas.

PALABRAS CLAVE: Educación Infantil; Formación del Profesorado; Pedagogía; Paraíba.

SANTOS, E. dos; LIMA, I. de S.

NOTAS

- 1-Curso de Pedagogia presencial do CE/UFPB, campus I – João Pessoa; curso de Pedagogia a Distância – CE/UFPB – campus I – João Pessoa; curso de Pedagogia – Educação do campo – CE/UFPB – campus I – João Pessoa; curso de Pedagogia CCHSA/UFPB – campus III– Bananeiras; curso de Pedagogia (litoral norte) – Campus IV/UFPB Mamanguape; curso de Pedagogia CH/UFCG – Campina Grande; curso de Pedagogia CFP/UFCG – Cajazeiras; curso de Pedagogia – CE/UEPB– campus I – Campina Grande; curso de Pedagogia – CH/UEPB – Guarabira.
- 2-Este projeto foi elaborado com base na Resolução CNE/CP nº 2/2015 - DCN/Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores.
- 3- É previsto na organização curricular deste curso o componente Educação Infantil II, o qual prevê conteúdos diferentes em seu ementário.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C.; CANCIAN, V. A.; WESHENFELDER, N. V. Pedagogo generalista – professor de educação infantil: implicações e desafios da formação. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 27, n. 51, p. 45-67, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/3022>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEB, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 1998.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução 01/99. Brasília: Câmara da Educação Básica, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 02 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4**, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: CNE, 2024.

DANTAS, M. A. B. **Formação de professores para a Educação Infantil**: um estudo a partir dos projetos pedagógicos do curso de Pedagogia das Universidades Federais do sul e sudeste do Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60012>. Acesso: 12 mar. 2024.

EVANGELISTA, O.; TRICHES, J. Curso de Pedagogia, organizações multilaterais e o superprofessor. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, Brasil, n. 45, p. 185-198, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602012000300013&script=sci_arttext&tlang=pt. Acesso: 20 maio 2024.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. 1994. Brasília. **Anais** [...]. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/idell/Downloads/Pressupostos%20do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20\(1994\).pdf](file:///C:/Users/idell/Downloads/Pressupostos%20do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20(1994).pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

GOMES, M. O. G. O lugar de professores da Educação Infantil em cursos de Pedagogia: formação menor para o trabalho com crianças pequenas? In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38. 2017. São Luís. **Anais** [...]. São Luís/MA: UFMA, 01 a 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/viewFile/2205/1819>. Acesso em: 11 jul. 2024.

KISHIMOTO, T. M. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. **Proposições**, v. 16, n. 3, ano 48, set./dez. 2005. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643684. Acesso em: 12 mar. 2024.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e ensino fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, M. C. S. et al. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método, criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento, cultura. Brasília: MEC, 2008.

PIMENTA, S. G. et al. Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.15-30, jan./mar.

SANTOS, E. dos, LIMA, I. de S.

2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/xXzHWK8BkwCvTQSy9tc6MKb/?format=pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?

Educar em revista, n. 18, p. 13-28, jul. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/stdS9BXTz783zPQkKvcFCsF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RICHTER, S. R. S.; BARBOSA, M. C. S. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan./abr. 2010.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v35n01/v35n01a07.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

ROCHA, E. A. C. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, jan./abr. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/v3P9wYtgnVDf3DcVcywdLSK/>. Acesso em: 15 maio 2023.

VARGAS, G.; GOBBATO; C.; BARBOSA, M. C. S. Das singularidades da docência com crianças de 0 a 3 anos às especificidades dos saberes docentes na formação inicial.

Cadernos de Pesquisa em Educação, PPGE/UFES, Vitória, ano 15, v.20, n. 47, p. 46-67, jan./jul. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/21328/14199>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ELZANIR DOS SANTOS: graduada em Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Realizou Estágio Doutoral/Sanduiche na Universidade de Lisboa/Instituto de Educação-PT e é Pós-Doutora pelo PPGeduc/UNEB. Atualmente, é Professora Associada do Departamento de Metodologias da Educação/Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e atua no Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA), bem como no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES). É vice-líder do grupo Currículo, Formação de Professores e Pesquisa (Auto)Biográfica. Desenvolve pesquisas no campo de Formação de Professores, com ênfase em Pesquisa (Auto) Biográfica, atuando principalmente nas seguintes áreas: Didática, Avaliação da Aprendizagem, Educação Infantil e Estágio Supervisionado. É membro da Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia/AINPGP, da Associação Nacional de Didática e Prática de Ensino/ANDIPE e da Rede Nacional de Pedagogia (Repped).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9026-7953>

E-mail: elzanir.santos3@academico.ufpb.br

IDELESUITE DE SOUSA LIMA: doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com exercício no Departamento de Metodologia da Educação, do Centro de

Educação desta Instituição. É líder do Grupo de pesquisa em Currículo, formação de professores e Pesquisa (Auto)biográfica e é membro do Grupo de Pesquisa em Educação Infantil. Dentre as publicações é organizadora da obra: Currículo e Políticas Educacionais em debate; possui artigos publicados em diversas obras, destacando-se: A inter-relação curricular, Narrativas de licenciandos(as) em Pedagogia e aprendizagens sobre docência; além de publicações em Anais de eventos científicos e periódicos especializados, sendo os mais recentes: Avaliação na escola: a aprendizagem e as avaliações externas, Políticas de formação de professores/as da Educação Infantil no município de João Pessoa, Da noite para o dia o ensino remoto: (re)invenções de professores durante a pandemia, Marcas do que se foi: experiências de licenciandos/as em avaliação da aprendizagem. Suas pesquisas são relacionadas com Currículo, Educação Infantil, Avaliação da Aprendizagem e Pesquisa (Auto)biográfica.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0418-1561>

E-mail: idel.lima@uol.com.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).